

DESAFIOS E PERSPECTIVAS NA IMPLEMENTAÇÃO DE RELATÓRIOS DE ORIENTAÇÕES PSICOPEDAGÓGICAS NO AMBIENTE ESCOLAR

OLIVEIRA, Lívia Vaz de ¹
OLIVEIRA, Cláudia Alexandre de Freitas²

RESUMO

A educação inclusiva exige estratégias capazes de atender às necessidades individuais dos estudantes, sendo os relatórios psicopedagógicos instrumentos centrais nesse processo. Por isso, a presente pesquisa teve como objetivo geral investigar os desafios e as perspectivas na implementação de relatórios de orientações psicopedagógicas no ambiente escolar, analisando sua eficácia e impacto no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Como objetivos específicos, buscou-se identificar as principais dificuldades enfrentadas por escolas e profissionais ao implementar relatórios psicopedagógicos; analisar como os relatórios de orientações psicopedagógicas são aplicados no cotidiano escolar e sua influência no desempenho acadêmico; além de propor estratégias que possam melhorar a utilização e a aplicação prática desses relatórios no ambiente educacional. Trata-se de um estudo de caso qualitativo, de caráter descritivo, fundamentado em pesquisa bibliográfica e em entrevistas semiestruturadas com uma psicopedagoga institucional e uma professora da rede municipal. Os resultados evidenciam que, embora os relatórios tenham potencial para orientar práticas pedagógicas inclusivas, sua efetividade é comprometida por fatores como a falta de infraestrutura adequada, a sobrecarga de trabalho docente e a ausência de formação continuada. Além disso, estratégias como a elaboração do Plano de Ensino Individualizado (PEI) potencializam a personalização do ensino e promovem práticas pedagógicas mais inclusivas e direcionadas ao desenvolvimento integral dos alunos. Conclui-se que os relatórios psicopedagógicos, quando articulados a práticas colaborativas, à formação docente e a instrumentos como o Plano de Ensino Individualizado (PEI), podem transformar-se em ferramentas eficazes para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos, aproximando escola, família e psicopedagogia.

Palavras-Chave: *Psicopedagogia; Relatórios psicopedagógicos; Aprendizagem escolar; Prática pedagógica.*

1 INTRODUÇÃO

Os relatórios de orientações psicopedagógicas desempenham um papel fundamental no acompanhamento do desenvolvimento dos alunos que apresentam Necessidades Educacionais Específicas (NEE), oferecendo diretrizes para intervenções pedagógicas mais eficazes. Esses documentos são elaborados a partir de avaliações psicopedagógicas e fornecem informações essenciais sobre as dificuldades de aprendizagem, as estratégias de ensino adequadas e os

¹ Discente do Curso de Pedagogia do UNIFAGOC. E-mail: liviavaz246@gmail.com.

² Mestre pelo Departamento de Economia Doméstica pela Universidad Federal de Viçosa, Psicopedagoga e NeuroPsicopedagoga Clínica e Institucional, docente no Curso de Pedagogia do Unifagoc. E-mail: claudia.oliveira@unifagoc.edu.br.

encaminhamentos necessários a outros profissionais da área de educação e saúde. No ambiente escolar, percebe-se que a correta interpretação e aplicação deles contribuem para a inclusão de estudantes, o atendimento individualizado e a promoção de um ensino mais acessível e equitativo para todos os alunos com NEE.

Assim, a implementação dos relatórios de orientações no contexto educacional é um aspecto essencial para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas e para a personalização do ensino. Esses relatórios, que envolvem o acompanhamento do processo de aprendizagem e o desenvolvimento socioemocional dos estudantes, são ferramentas importantes no diagnóstico e na proposição de estratégias que atendem às necessidades individuais de cada aluno. No entanto, a efetiva aplicação dessas orientações ainda enfrenta obstáculos que precisam ser amplamente discutidos, a fim de aprimorar a prática pedagógica no ambiente escolar.

A relevância dos relatórios de orientações psicopedagógicas na escola é inegável, pois eles possibilitam o acompanhamento contínuo e individualizado dos alunos, facilitando a identificação de dificuldades e a proposição de intervenções adequadas. Contudo, como apontam Oliveira e Souza (2021), a falta de diretrizes claras e a escassez de uma abordagem sistemática para o uso desses relatórios nas escolas dificultam sua plena implementação.

Nesse sentido, a ausência de uma formação sólida para os profissionais da educação sobre como utilizar essas ferramentas de maneira eficaz resulta em um impacto limitado sobre a prática pedagógica e o desenvolvimento dos alunos com NEE. Uma alternativa para essa questão passa, portanto, pela capacitação constante dos educadores e pela criação de políticas públicas educacionais que integrem as práticas psicopedagógicas de forma coerente ao currículo escolar.

Além disso, um desafio significativo enfrentado pelas instituições de ensino é a adaptação das orientações psicopedagógicas ao currículo escolar e às especificidades de cada instituição. Santos e Almeida (2019) destacam que, muitas vezes, os professores e gestores enfrentam dificuldades em alinhar as estratégias indicadas nos relatórios às exigências curriculares e ao ritmo de aprendizagem dos alunos. Essa falta de integração entre o relatório psicopedagógico e o conteúdo curricular, em muitos casos, ocorre devido à sobrecarga de tarefas e à falta de comunicação efetiva entre os diferentes profissionais que atuam no ambiente escolar, como psicopedagogos, educadores e gestores. A articulação entre esses diferentes atores é importante para a eficácia das orientações psicopedagógicas, o que, por sua vez, impacta diretamente na construção de um aprendizado inclusivo e significativo para os estudantes.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), por exemplo, sugere diretrizes para promover uma educação mais inclusiva, mas sua implementação depende de um processo de adaptação que contemple as particularidades de cada realidade escolar. Ferreira e Silva (2020) ressaltam que, para que a BNCC cumpra seu papel, é necessário que as escolas se organizem para integrar as orientações psicopedagógicas de forma mais fluida no currículo, garantindo que os alunos com diferentes necessidades de aprendizagem recebam o suporte adequado.

No contexto da inclusão, o Plano de Ensino Individualizado (PEI) se apresenta como uma ferramenta essencial para garantir que o currículo escolar seja ajustado às necessidades dos alunos com deficiência. Segundo a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei n.º 13.146/2015) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n.º 9.394/1996), os sistemas de ensino devem se adaptar para atender às necessidades dos alunos, garantindo um ensino acessível e inclusivo. Essas legislações estabelecem a obrigatoriedade de adequação dos currículos, das metodologias de ensino e dos recursos pedagógicos às especificidades de cada aluno, promovendo uma educação que respeite as diversidades e proporcione igualdade de oportunidades para todos. O PEI, que é um documento elaborado de forma individualizada para cada aluno com deficiência, visa promover essa adequação e garantir que as orientações psicopedagógicas sejam efetivas e integradas ao processo educacional de maneira coerente e eficaz.

Nesse sentido, o problema de pesquisa que orienta este estudo é: quais são os desafios na implementação de orientações psicopedagógicas no ambiente escolar e como esses obstáculos influenciam a prática pedagógica, bem como a construção de um aprendizado inclusivo e eficaz? O objetivo deste trabalho é investigar os desafios e as perspectivas na implementação de relatórios de orientações psicopedagógicas no ambiente escolar, analisando sua eficácia e impacto no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos. Como objetivos específicos, busca-se identificar as principais dificuldades enfrentadas por escolas e profissionais ao implementar relatórios psicopedagógicos; analisar como os relatórios de orientações psicopedagógicas são aplicados no cotidiano escolar e sua influência no desempenho acadêmico; além de propor estratégias que possam melhorar a utilização e aplicação prática desses relatórios no ambiente educacional.

Dessa forma, pretende-se com este estudo colaborar com a construção de um ambiente escolar mais inclusivo, no qual a diversidade dos alunos seja reconhecida e respeitada, e as práticas pedagógicas sejam constantemente aprimoradas para atender às necessidades de todos. A partir da análise dos desafios e das perspectivas da implementação dos relatórios psicopedagógicos, espera-se apresentar possíveis soluções que contribuam para a efetiva

aplicação dessas orientações no cotidiano escolar, garantindo o desenvolvimento integral dos estudantes.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para o embasamento teórico deste estudo, foram analisados autores que discutem aspectos fundamentais da implementação dos relatórios de orientações psicopedagógicas no ambiente escolar. Dentre os principais temas abordados, destacam-se: “A importância dos relatórios de orientações psicopedagógicas para a inclusão escolar”; “Desafios na aplicação desses relatórios no cotidiano escolar”; “A relação entre os relatórios psicopedagógicos e o currículo escolar”; e “As perspectivas para a efetivação dessas práticas no contexto educacional”.

2.1 Histórico e Contextualização da Psicopedagogia no Ambiente Escolar

A psicopedagogia surgiu da necessidade de compreender os processos de aprendizagem de forma integrada, reunindo conhecimentos da psicologia e da pedagogia para lidar com dificuldades no âmbito educacional. Sua origem remonta à década de 1970, na América Latina, especialmente na Argentina e no Brasil, como resposta às demandas escolares que não conseguiam ser plenamente atendidas apenas pela pedagogia tradicional ou pela psicologia clínica (Fernández, 1991).

A institucionalização da psicopedagogia no Brasil ocorreu a partir da criação de cursos de formação específicos e da atuação de profissionais em escolas, clínicas e instituições. De acordo com Weiss (2010), o desenvolvimento da área passou a ganhar reconhecimento acadêmico e científico, principalmente a partir da década de 1990, com a organização de associações como a Associação Brasileira de Psicopedagogia (ABPp), que consolidou os princípios éticos e teóricos da profissão.

A psicopedagogia é uma área interdisciplinar que surgiu da intersecção entre a psicologia e a pedagogia, com o objetivo de compreender os processos de aprendizagem e suas possíveis dificuldades. Seu foco está em identificar, analisar e propor intervenções diante dos obstáculos enfrentados por crianças, adolescentes e até adultos em contextos de aprendizagem. Portanto, “a psicopedagogia preocupa-se com o processo de aprendizagem e suas dificuldades, considerando o sujeito em sua totalidade, com suas dimensões cognitivas, afetivas e sociais” (Bossa, 2000, p.25).

O ambiente escolar apresenta-se como um espaço privilegiado para o exercício da psicopedagogia, uma vez que nele ocorrem interações sociais e cognitivas essenciais para o desenvolvimento humano. Assim, “a aprendizagem não é apenas um ato cognitivo; ela está impregnada de afetos, desejos e relações que influenciam diretamente o sujeito aprendente” (Pain, 1992, p.18).

Dessa forma, a atuação do psicopedagogo dentro das escolas permite a construção de estratégias que consideram o sujeito em sua totalidade. Além disso, a presença do psicopedagogo no ambiente escolar contribui para a formação continuada de professores, auxiliando na interpretação de comportamentos e dificuldades de aprendizagem que, muitas vezes, são interpretados de forma equivocada. Como destaca Ferreira (2012), o trabalho psicopedagógico institucional atua na prevenção de fracassos escolares e na promoção de práticas pedagógicas mais inclusivas e eficazes.

Com a ampliação das políticas públicas voltadas para a inclusão escolar e para o direito à educação de qualidade, a psicopedagogia tornou-se uma ferramenta importante para a construção de um ambiente educativo mais justo e equitativo. Sobre isso, Weiss (2010) ressalta que, ao compreender os fatores que influenciam o processo de aprendizagem, o psicopedagogo promove não apenas intervenções direcionadas aos alunos, mas também à dinâmica escolar como um todo, contribuindo com a equipe pedagógica, com a gestão escolar e com as famílias.

Assim, a contextualização da psicopedagogia no espaço escolar revela seu papel estratégico na mediação dos processos de ensino e aprendizagem. Ao oferecer suporte técnico e humano, o psicopedagogo torna-se um aliado importante para a promoção de uma escola mais sensível às individualidades e comprometida com o desenvolvimento pleno dos educandos.

2.1.1 Fundamentos e Importância no Processo de Aprendizagem

Com base em uma abordagem interdisciplinar, a psicopedagogia busca compreender a complexidade do aprender e do não aprender. Segundo Bossa (2000), as dificuldades de aprendizagem não são apenas problemas cognitivos, mas envolvem também fatores emocionais, sociais e afetivos. Por isso, seu trabalho fundamenta-se em teorias como a psicanálise, a psicogênese da linguagem escrita, a epistemologia genética de Piaget e a teoria histórico-cultural de Vygotsky, que contribuem para compreender o sujeito em processo de aprendizagem.

Na prática escolar, por exemplo, a teoria psicogenética de Piaget orienta a elaboração de atividades adequadas ao estágio de desenvolvimento cognitivo do aluno, enquanto a abordagem histórico-cultural de Vygotsky sustenta o uso de estratégias de mediação e

valorização das interações sociais. Já os princípios da psicanálise auxiliam na interpretação de manifestações emocionais que interferem na aprendizagem, permitindo compreender o vínculo do educando com o saber a partir de sua história subjetiva.

Os fundamentos da psicopedagogia também envolvem a análise do vínculo entre o aprendiz e o objeto de conhecimento. Na obra “Subjetividade e Aprendizagem”, Sara Paín (1985) ao tratar da relação entre sujeito e aprendizagem, destaca que o fracasso escolar, muitas vezes, não está relacionado apenas à dificuldade intelectual, mas ao modo como o indivíduo se relaciona com o saber, com a escola e com sua própria história de aprendizagem. Assim, a intervenção psicopedagógica visa reconstruir esse vínculo, favorecendo o desenvolvimento da autonomia e da autoestima do aluno.

Portanto, os fundamentos da psicopedagogia estão ancorados na compreensão ampla do processo de aprendizagem, considerando o sujeito em sua totalidade. Dessa forma, a psicopedagogia se consolida como uma prática transformadora, essencial em tempos em que a escola busca cada vez mais atender à diversidade de sujeitos e às complexidades do aprender.

2.1.2 Relatórios psicopedagógicos como ferramenta de intervenção

Os relatórios de orientações psicopedagógicas representam uma ferramenta fundamental para a construção de estratégias pedagógicas adequadas às necessidades individuais dos estudantes. A psicopedagogia é uma área interdisciplinar que busca compreender os processos de aprendizagem, considerando aspectos cognitivos, emocionais e sociais dos alunos. Esses relatórios, ao registrar a trajetória de aprendizagem, oferecem uma visão detalhada sobre os avanços e desafios enfrentados pelos alunos, permitindo a criação de planos de intervenção mais específicos e eficazes.

De acordo com Rego e Lima (2007, p.35),

A elaboração de relatórios psicopedagógicos deve ser um processo cuidadoso e sistemático, que envolva a análise de dados provenientes de diversas fontes, como testes, entrevistas e observações em sala de aula. Esses dados ajudam na identificação das dificuldades de aprendizagem e no planejamento de intervenções que atendam as especificidades de cada aluno.

Esse processo detalhado é essencial para que os relatórios psicopedagógicos se tornem ferramentas precisas e eficazes para as intervenções educativas. A Base Nacional Comum Curricular (2017) destaca a importância da personalização do ensino e do atendimento às diversidades, sendo essencial o uso de instrumentos que permitam a adequação do ensino às necessidades dos alunos. Nesse sentido, os relatórios psicopedagógicos assumem um papel central, pois possibilitam a individualização da aprendizagem e a implementação de práticas

pedagógicas mais inclusivas. “A BNCC sublinha que a personalização do ensino é um princípio fundamental, no qual os relatos psicopedagógicos atuam como um elo entre o aluno e o currículo, ajustando os conteúdos e metodologias de acordo com as necessidades identificadas” (Brasil, 2017, p.42).

Além disso, Lima (2015, p.122) salienta que “os relatórios não devem ser vistos apenas como um registro técnico, mas como um instrumento de articulação entre os profissionais da educação e as famílias, promovendo a comunicação e a colaboração necessárias para o sucesso da intervenção psicopedagógica”. Ele enfatiza que a comunicação entre a escola e os familiares é essencial para que as intervenções psicopedagógicas sejam efetivas, contribuindo para um ambiente escolar mais colaborativo e integrado. O relatório, portanto, serve como uma ponte que conecta todos os envolvidos no processo educativo, garantindo que as estratégias adotadas sejam coerentes com as necessidades reais do estudante.

Como explica Oliveira (2019, p.78),

A psicopedagogia deve ser compreendida como um campo que busca entender as questões educacionais de forma holística, considerando todas as dimensões do aluno, desde as cognitivas até as afetivas e sociais. Através dos relatórios psicopedagógicos, é possível identificar as dificuldades do aluno de forma integral, respeitando sua individualidade.

Nesse contexto, o relatório psicopedagógico é visto como uma ferramenta indispensável para construir uma visão ampla e completa das dificuldades do aluno, respeitando suas particularidades. Para que o relatório seja eficaz, Bossa (2000, p.54) reforça que:

Ele deve ser elaborado com clareza e objetividade, apresentando sugestões práticas para os professores e familiares, que possam ser aplicadas no cotidiano escolar. O psicopedagogo, portanto, deve garantir que suas observações resultem em ações que favoreçam o desenvolvimento completo do aluno.

O papel do psicopedagogo, segundo a autora, vai além da constatação das dificuldades de aprendizagem, pois ele envolve a articulação de soluções que favorecem o desenvolvimento do aluno em todas as suas dimensões.

Logo, os relatórios psicopedagógicos têm um papel fundamental na construção de uma educação mais inclusiva e adaptada às necessidades dos estudantes. Eles não apenas servem como registros das dificuldades encontradas, mas também como guias para a implementação de estratégias pedagógicas mais eficazes, em sintonia com as diretrizes da BNCC e com as demandas da realidade escolar. “Cabe ao psicopedagogo transformar as observações feitas nos relatórios em intervenções que, ao mesmo tempo, atendam às necessidades individuais dos alunos e às exigências do currículo escolar” (Rego; Lima, 2007, p.40).

2.1.3 Aplicação dos relatórios no contexto escolar

Lima e Oliveira (2018) definem os relatórios psicopedagógicos como documentos que registram as observações, diagnósticos e intervenções realizadas durante o processo de acompanhamento de um estudante, tendo como objetivo proporcionar um plano de ação que auxilie na construção do conhecimento e no desenvolvimento da aprendizagem. Desse modo, “os relatórios psicopedagógicos são instrumentos fundamentais na atuação do psicopedagogo, pois por meio deles é possível sistematizar o processo diagnóstico e delinear estratégias de intervenção, respeitando as individualidades e o contexto do sujeito” (Lima; Oliveira, 2018, p.41). Tais documentos são construídos a partir de uma abordagem holística que leva em consideração não apenas os aspectos cognitivos do aluno, mas também seus aspectos emocionais e sociais, buscando uma visão integrada do processo educativo.

Os objetivos dos relatórios psicopedagógicos são múltiplos e abrangem diversas dimensões do desenvolvimento escolar. De acordo com Weiss (2010), uma das finalidades primárias desses documentos é o diagnóstico dos problemas de aprendizagem, permitindo a identificação de padrões de comportamento e de dificuldades específicas que possam impedir o progresso do aluno. Além disso, eles visam embasar orientações para professores e equipe pedagógica sobre os melhores procedimentos e métodos para auxiliar os estudantes a superarem as suas dificuldades. Em conformidade, “a construção do relatório deve refletir a complexidade do processo de aprendizagem, integrando aspectos emocionais, cognitivos e sociais do aluno, de forma que as estratégias pedagógicas possam ser mais efetivas” (Weiss, 2010, p.29).

A este respeito, Bossa (2007) destaca que os relatórios também têm a função de proporcionar um espaço de reflexão sobre as práticas pedagógicas, possibilitando ajustes e adequações nas abordagens de ensino para promover uma aprendizagem mais inclusiva.

A aplicação dos relatórios psicopedagógicos no contexto escolar ocorre, principalmente, por meio de ações colaborativas entre psicopedagogos, professores, famílias e gestores escolares. Segundo a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), é necessário garantir “práticas pedagógicas inclusivas que considerem as especificidades dos estudantes e suas necessidades educativas” (Brasil, 2017, p.12). Assim, os relatórios são fundamentais para embasar ações pedagógicas individualizadas, alinhadas às diretrizes da BNCC. A utilização desses documentos contribui diretamente para adaptar o currículo e as metodologias de ensino de acordo com as demandas individuais dos alunos.

Contudo, a eficácia desses relatórios depende da participação ativa de toda a comunidade escolar. Nesse contexto, Oliveira (2015, p.48) ressalta que “o relatório deve ser socializado com todos os envolvidos no processo educativo para que as intervenções propostas

possam ser discutidas, compreendidas e efetivamente aplicadas”. Portanto, é essencial que as orientações do psicopedagogo sejam acolhidas com comprometimento por toda a equipe, garantindo ações pedagógicas coerentes com a realidade do aluno. Dessa forma, o relatório psicopedagógico deixa de ser apenas um documento técnico e passa a constituir uma poderosa ferramenta de transformação educacional.

2.2 Desafios na implementação dos relatórios psicopedagógicos e perspectivas de solução

A implementação dos relatórios psicopedagógicos no contexto educacional envolve uma série de desafios que vão além da simples elaboração do documento. Esses desafios podem ser classificados em barreiras estruturais, organizacionais e formativas, que impactam diretamente a efetividade e o sucesso das intervenções psicopedagógicas nas escolas.

A primeira dificuldade se refere à estrutura e à organização das instituições escolares que muitas vezes não possuem condições adequadas para implementar práticas psicopedagógicas eficazes. Segundo Luckesi (2011, p.142), “a falta de recursos físicos e humanos, como espaços adequados para intervenções e profissionais qualificados, impede que os relatórios psicopedagógicos sejam devidamente aplicados e acompanhados”. Em uma escola onde, por exemplo, não há sala de apoio ou horário reservado para atendimento individualizado, o psicopedagogo precisa adaptar suas intervenções a espaços improvisados, o que compromete a qualidade do acompanhamento. A falta de um planejamento pedagógico que integre as ações psicopedagógicas ao currículo escolar também pode ser uma barreira significativa. Dessa forma, é essencial que as escolas possuam uma infraestrutura que permita a realização de avaliações e intervenções psicopedagógicas regulares.

Outro desafio importante, é a formação e capacitação dos profissionais envolvidos. De acordo com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC, 2017, p.45), “os professores e outros profissionais da educação devem ser capacitados para interpretar e aplicar os relatórios psicopedagógicos de maneira adequada”. No entanto, a formação inicial e continuada dos educadores sobre como lidar com as especificidades de cada aluno, especialmente os que apresentam dificuldades de aprendizagem, ainda é insuficiente em muitas instituições. A falta de formação em psicopedagogia ou mesmo em áreas correlatas, como psicologia educacional, dificulta o entendimento e a utilização desses relatórios na prática pedagógica diária. Observa-se que grande parte dos cursos de licenciatura ainda negligenciam a inclusão de disciplinas que tratem de dificuldades de aprendizagem ou fundamentos da psicopedagogia, o que compromete a formação crítica e prática dos futuros educadores.

Além disso, a cultura escolar, na maioria das vezes, não favorece a colaboração entre psicopedagogos, professores e outros profissionais da educação. O trabalho integrado é fundamental para que os relatórios psicopedagógicos sejam eficazes, mas a falta de um ambiente colaborativo e de uma comunicação eficiente entre os profissionais compromete o sucesso dessas intervenções. Segundo Zabala (2009, p.88), “a colaboração entre os diferentes atores educativos é uma das chaves para promover uma educação inclusiva e de qualidade”.

Por fim, outro obstáculo refere-se ao tempo e à sobrecarga de trabalho dos profissionais envolvidos na elaboração e implementação dos relatórios psicopedagógicos. A rotina escolar, muitas vezes, sobrecarrega os professores e psicopedagogos com diversas demandas, o que dificulta a realização de um acompanhamento contínuo e detalhado das intervenções sugeridas nos relatórios. Isso pode resultar em um acompanhamento superficial e na ausência de avaliações periódicas, que são essenciais para o sucesso do processo de aprendizagem.

2.2.1 Barreiras estruturais, organizacionais e formativas

A implementação de relatórios psicopedagógicos nas escolas enfrenta várias dificuldades que prejudicam sua eficácia. Essas dificuldades podem ser divididas em três categorias principais: barreiras estruturais, organizacionais e formativas. Cada uma dessas categorias traz desafios específicos, mas todas impactam diretamente na qualidade do trabalho psicopedagógico realizado nas instituições de ensino.

Uma das principais dificuldades é a falta de infraestrutura adequada nas escolas, o que limita a aplicação efetiva dos relatórios psicopedagógicos. A ausência de espaços apropriados para atendimentos psicopedagógicos, bem como a carência de materiais didáticos e tecnológicos, impede que as práticas psicopedagógicas se desenvolvam plenamente. Segundo Oliveira e Souza (2018, p.57), “a insuficiência de recursos físicos e materiais adequados restringe a atuação dos profissionais e compromete a precisão e a qualidade dos relatórios elaborados”

Além das questões estruturais, há também desafios organizacionais relacionados à articulação entre os diferentes setores da escola. Muitas vezes, a comunicação entre psicopedagogos, professores, gestores e coordenadores não é eficaz, o que dificulta a implementação e o acompanhamento das orientações psicopedagógicas. A falta de uma gestão integrada e a sobrecarga de atividades, como observam Lück (2016, p.106), “podem resultar na marginalização do trabalho psicopedagógico dentro da rotina escolar, o que impacta diretamente na aplicação dos relatórios”.

A ausência de espaços apropriados para atendimentos psicopedagógicos e a carência de materiais didáticos e tecnológicos impedem que as práticas psicopedagógicas se desenvolvam plenamente. Por exemplo, em grande parte das escolas, o psicopedagogo precisa realizar atendimentos em salas de aula vagas ou na biblioteca, locais pouco apropriados para a escuta e observação individualizada, o que compromete a qualidade do acompanhamento. Segundo Pereira (2021, p.45), "A falta de espaços adequados para a realização de atendimentos psicopedagógicos compromete a qualidade da intervenção e do acompanhamento individualizado dos alunos"

Do ponto de vista organizacional, a implementação de relatórios psicopedagógicos enfrenta dificuldades relacionadas à falta de integração entre as equipes pedagógicas. A ausência de um planejamento colaborativo entre professores, psicopedagogos e demais profissionais da educação resulta em um trabalho fragmentado. Além disso, a falta de uma cultura de valorização da psicopedagogia dentro da escola contribui para a resistência à adoção desses relatórios, limitando sua aplicação e efetividade. Como aponta Pereira (2021, p.50), "a integração da psicopedagogia com o restante da equipe escolar é essencial para um desenvolvimento pleno do aluno, o que exige esforços tanto da gestão escolar quanto dos próprios profissionais".

Por fim, as barreiras formativas também representam um obstáculo significativo. A formação inadequada ou a falta de capacitação contínua dos profissionais da educação dificulta tanto a compreensão dos relatórios psicopedagógicos quanto a sua utilização prática. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) já apontava a necessidade de uma formação sólida e permanente para os profissionais da educação (Brasil, 1996), mas a realidade mostra que muitas escolas ainda enfrentam lacunas nesse aspecto, o que compromete o trabalho psicopedagógico. Do mesmo modo, profissionais pouco preparados podem ter dificuldade em interpretar e aplicar adequadamente as orientações, tornando o impacto dos relatórios mais limitado. A insuficiência de ferramentas tecnológicas, como softwares de apoio ao diagnóstico e acompanhamento, também contribui para a limitação do trabalho psicopedagógico.

Em relação à formação de professores, a capacitação para a compreensão e aplicação de relatórios psicopedagógicos é uma necessidade muitas vezes negligenciada. Pimenta (2020, p.30) afirma que "a formação contínua de professores e a promoção de espaços de aprendizagem sobre práticas psicopedagógicas são fundamentais para o sucesso da implementação desses relatórios". Sem esse suporte, os professores podem sentir-se sobrecarregados ou inseguros sobre como utilizar as informações coletadas nos relatórios para melhorar suas práticas pedagógicas.

Assim, as propostas de soluções passam pela necessidade de investimentos em formação, infraestrutura e integração entre as equipes pedagógicas. A criação de políticas públicas que incentivem a formação continuada dos educadores, aliada à implementação de tecnologias de apoio, pode contribuir significativamente para a melhoria dos processos psicopedagógicos. Conforme sugere Almeida (2019, p.22), “a promoção de uma cultura de colaboração entre psicopedagogos, professores e gestores, fundamentada em uma comunicação eficaz, pode ser a chave para a superação desses desafios”.

Portanto, superar essas barreiras exige um esforço conjunto entre os profissionais da educação, uma reestruturação da organização escolar e, principalmente, um investimento contínuo na formação e capacitação dos educadores. Apenas assim será possível garantir que os relatórios psicopedagógicos cumpram seu papel no desenvolvimento de práticas educacionais mais inclusivas e eficazes.

2.2.2 Estratégias para a efetividade e impactos na prática educacional

A efetividade dos relatórios psicopedagógicos no contexto educacional depende da implementação de estratégias que envolvem toda a comunidade escolar. Para que esses relatórios cumpram seu papel, é essencial garantir que as orientações e diagnósticos sejam compreendidos e aplicados por todos os envolvidos, incluindo professores, gestores e outros profissionais. Além disso, a aplicabilidade dos relatórios também depende da formação contínua dos educadores, que precisam entender as particularidades dos transtornos de aprendizagem e de desenvolvimento, além de aplicar as intervenções necessárias no ambiente escolar. Fernandes e Lorenzetti (2019) destacam que os relatórios psicopedagógicos têm grande potencial para modificar a prática pedagógica, desde que sua utilização seja acompanhada de uma formação adequada dos profissionais da educação.

Uma das estratégias fundamentais para garantir a funcionalidade desses relatórios é o desenvolvimento de práticas que incentivem a colaboração entre os profissionais da educação. A articulação entre psicopedagogos, professores e gestores é essencial para assegurar que as orientações psicopedagógicas sejam utilizadas de maneira eficaz e que as intervenções propostas nos relatórios atendam às necessidades individuais dos alunos. A BNCC (2017) reforça que a integração de diferentes áreas do conhecimento e de profissionais da educação favorece a personalização do ensino, aspecto essencial para garantir que todos os alunos recebam o suporte necessário para o seu desenvolvimento acadêmico e pessoal. Conforme aponta o documento: “A diversidade dos estudantes exige que se construam caminhos flexíveis e articulados entre diferentes áreas do saber, respeitando os tempos e modos de aprender”

(BNCC, 2017, p.8).

Para que as estratégias propostas pelos relatórios psicopedagógicos realmente causem impacto, é importante que o processo de comunicação entre os profissionais da educação seja contínuo. A LDB estabelece que a escola deve ser um ambiente em que todos os profissionais, independentemente de sua área de atuação, trabalhem de maneira conjunta para promover o pleno desenvolvimento do aluno, respeitando suas necessidades e características individuais. Assim, em seu Art. 13, a referida lei determina ser dever do docente “zelar pela aprendizagem dos alunos” e “estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento”. (Brasil, 1996)

Ademais, é necessário que a escola desenvolva uma cultura de acolhimento, na qual os relatórios psicopedagógicos sejam considerados uma ferramenta importante para a transformação da prática educacional. Isso significa que a escola precisa se comprometer a adaptar suas metodologias e práticas pedagógicas conforme as orientações dos relatórios, buscando uma educação mais inclusiva e personalizada. Fernandes (2019) argumenta que a cultura escolar deve ser moldada de maneira que a psicopedagogia se torne parte integrante da formação e prática pedagógica, tornando os relatórios mais do que um simples diagnóstico, mas um ponto de partida para intervenções eficazes. Como afirma a autora: “os relatórios devem orientar práticas que transcendam a observação clínica e sejam incorporadas no planejamento pedagógico” (Fernandes, 2019, p.88).

Outro recurso fundamental para a efetividade dos relatórios psicopedagógicos na escola é o Plano de Ensino Individualizado (PEI). Trata-se de um instrumento pedagógico que organiza, de forma sistemática, as estratégias de intervenção adaptadas às necessidades específicas do aluno, respeitando seu ritmo, estilo de aprendizagem e potencialidades. Este é um documento utilizado com frequência no contexto de ensino inclusivo, destinado a alunos com deficiências, transtornos de aprendizagem ou que necessitam de adaptações e suportes específicos para alcançar sucesso escolar. O objetivo principal deste documento é garantir que o aluno receba a educação adequada e os apoios necessários para alcançar seu pleno potencial acadêmico e desenvolvimento pessoal (Camacho; Costa; Zanuzzio, 2025, p.31).

O PEI é elaborado com base nos dados fornecidos pelos relatórios psicopedagógicos, em articulação com os professores, a coordenação pedagógica e, quando possível, a família. Sua função é assegurar que as orientações dos relatórios sejam aplicadas de forma prática e contínua na rotina escolar, promovendo a inclusão e o desenvolvimento integral do aluno. Segundo Mantoan (2006, p.72), “a elaboração do PEI exige um compromisso ético com o direito de aprender de todos os estudantes, inclusive aqueles com maiores dificuldades”. Assim,

o Plano contribui para que o relatório psicopedagógico deixe de ser apenas um documento de diagnóstico e se transforme em um ponto de partida para ações pedagógicas efetivas.

A elaboração e a revisão periódica do PEI também fortalecem a cultura de acompanhamento e avaliação, uma vez que permitem observar com clareza os avanços e os pontos que ainda necessitam de atenção. Como destaca Fernandes (2019), o PEI promove o protagonismo do aluno no processo de aprendizagem ao valorizar sua trajetória pessoal e respeitar suas particularidades.

3 METODOLOGIA

Nesta etapa, apresenta-se o percurso metodológico de investigação que foi utilizado para a realização deste estudo. O presente estudo possui abordagem qualitativa e foi realizado por meio de um estudo de caso, o qual, de acordo com Gil (2008, p.54), é caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir seu amplo e detalhado conhecimento.

O estudo de caso é uma estratégia metodológica que permite uma investigação empírica de um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos (Yin, 2001). Essa abordagem é particularmente útil quando se busca explorar, descrever ou explicar eventos complexos e específicos em profundidade.

A pesquisa valeu-se de uma metodologia que combinou a pesquisa bibliográfica e a pesquisa descritiva, complementada pela abordagem do estudo de caso. Em consonância com Gil (2008), a pesquisa bibliográfica proporcionou o levantamento e a análise de material teórico já publicado, notadamente livros e artigos científicos, essenciais para a fundamentação conceitual da investigação. Paralelamente, a pesquisa descritiva, conforme a definição de Gil (2008), buscou detalhar as características de uma população ou fenômeno específico.

Já a pesquisa qualitativa, segundo Minayo (2009), abrange um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado, ou seja, trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das crenças, dos valores e das atitudes. A partir desse tipo de pesquisa, buscou-se compreender a complexidade dos fenômenos, fatos e processos particulares e específicos.

Trata-se de uma pesquisa básica, que, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p.58), busca desenvolver teorias e princípios, sem se preocupar diretamente com a sua aplicação prática imediata, mas sim em contribuir para o conhecimento científico em geral.

A pesquisa foi aplicada na Escola Municipal Professor Arthur Nunes de Medeiros, localizada no município de Rodeiro – MG. A referida instituição atende crianças de 6 a 10 anos, correspondentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, oferecendo um ambiente escolar voltado para o desenvolvimento integral dos estudantes, com foco em práticas pedagógicas inclusivas.

Para a coleta de dados, foi utilizada a entrevista semiestruturada, aplicada a uma professora e a uma psicopedagoga da escola investigada. A escolha dessas participantes se justifica por representarem perspectivas complementares no contexto escolar: a professora, como profissional diretamente envolvida no processo de ensino e aprendizagem; e a psicopedagoga, como especialista responsável por identificar e intervir nas dificuldades apresentadas pelos alunos. Essa composição permitiu compreender o fenômeno estudado a partir de diferentes olhares e experiências.

De acordo com Martins (2018), a entrevista semiestruturada é um método que permite aos pesquisadores coletarem dados diretamente com os participantes da pesquisa, possibilitando maior aprofundamento das respostas e flexibilidade na abordagem dos temas propostos. As entrevistas foram gravadas mediante a autorização prévia das participantes, garantindo-se os princípios éticos de confidencialidade e anonimato. Posteriormente, as falas foram transcritas e analisadas com base em uma abordagem interpretativa, buscando identificar percepções, experiências e práticas relacionadas ao uso dos relatórios psicopedagógicos no contexto escolar.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste capítulo, apresentam-se os resultados das entrevistas realizadas com profissionais que acompanham diretamente o processo de aprendizagem de alunos em uma escola municipal. Foram ouvidas uma psicopedagoga institucional e uma professora da rede municipal, ambas com ampla experiência em suas áreas. O objetivo foi investigar os desafios e as perspectivas na implementação de relatórios de orientações psicopedagógicas no ambiente escolar, analisando sua eficácia e impacto no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

4.1 O papel do psicopedagogo e do professor no acompanhamento das dificuldades de aprendizagem

Ao serem questionadas sobre o papel do psicopedagogo e da professora no acompanhamento das dificuldades de aprendizagem, ambas destacaram a importância da articulação entre profissionais e da atuação conjunta com os alunos e suas famílias. A

psicopedagoga ressaltou a necessidade de observar não apenas os aspectos cognitivos, mas também emocionais e sociais dos estudantes, enfatizando que cada intervenção deve considerar a singularidade do sujeito.

“O trabalho do psicopedagogo é compreender o aluno como um todo, olhando para suas dificuldades e potencialidades, e a partir disso construir estratégias que realmente façam sentido dentro da escola. Não é apenas aplicar atividades, mas entender como cada criança se relaciona com o aprendizado e com o ambiente escolar.”
(Psicopedagoga, 2025)

A fala da entrevistada evidencia uma compreensão ampliada do papel do psicopedagogo no ambiente escolar. Ao afirmar que “compreender o aluno como um todo” vai além de aplicar atividades prontas, ela destaca a necessidade de uma intervenção que considere as dimensões cognitivas, emocionais, sociais e relacionais do estudante. Isso está em consonância com autores como Bossa (2000) e Paín (1992), que ressaltam a importância de analisar não apenas as dificuldades, mas também as potencialidades do sujeito.

Do ponto de vista crítico, essa fala sugere uma ruptura com práticas reducionistas que tratam as dificuldades de aprendizagem apenas sob o prisma do déficit cognitivo. Em vez disso, propõe uma perspectiva integradora e contextualizada, que busca compreender como o aluno se relaciona com o conhecimento, com a escola e com os demais atores do processo educativo. Tal visão dialoga com a perspectiva da BNCC (2017), que valoriza a personalização do ensino e a inclusão escolar.

Contudo, ao mesmo tempo em que o discurso enfatiza a integralidade do sujeito, cabe problematizar os desafios concretos para que essa visão seja efetivada: a sobrecarga de trabalho docente, a ausência de infraestrutura adequada e a falta de tempo para planejamento conjunto podem comprometer a possibilidade de atender cada aluno em sua singularidade. Assim, a fala da entrevistada revela não apenas uma concepção de atuação psicopedagógica, mas também aponta indiretamente para as barreiras que ainda precisam ser superadas para que essa compreensão se traduza em práticas efetivas.

4.2 Colaboração entre profissionais e formação docente

De forma complementar, a professora enfatizou que a colaboração entre a equipe pedagógica e a participação em reuniões são fundamentais para potencializar os resultados e aplicar corretamente as orientações psicopedagógicas. Ela afirmou:

“Quando temos uma equipe pedagógica que se dedica no que faz, com certeza teremos bons resultados, pois tanto a escola quanto os alunos só têm a ganhar. Já participei de várias reuniões, e isso contribuiu muito para meu

trabalho como professora, trazendo novas ideias de como atuar em sala de aula.” (Professora, 2025)

Essa narrativa evidencia a percepção de que o trabalho em equipe e a dedicação coletiva são fundamentais para que a escola alcance resultados positivos. Ao mencionar sua participação em reuniões pedagógicas, a professora reforça o papel da colaboração e da troca de experiências como estratégias de fortalecimento das práticas docentes. Essa visão dialoga diretamente com a literatura que aponta a importância da articulação entre profissionais da educação para a construção de práticas inclusivas e eficazes (Zabala, 2009; Fernandes; Lorenzetti, 2019).

Assim, esse depoimento revela como a cultura de reuniões pedagógicas, quando bem estruturada, pode ampliar o repertório metodológico do professor e favorecer a implementação das orientações psicopedagógicas. Ao mesmo tempo, levanta um questionamento importante: tais momentos de formação e diálogo estão efetivamente assegurados nas escolas ou acabam sendo pontuais e insuficientes? A literatura mostra que, em muitos contextos, a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo dificultam a consolidação dessa prática colaborativa (Luckesi, 2011).

4.3 Uso e desafios dos relatórios psicopedagógicos

Quanto à percepção sobre os relatórios psicopedagógicos, a professora destacou que eles buscam refletir a realidade do aluno em sala de aula, mas poderiam trazer informações mais detalhadas sobre a aprendizagem individual. Ela ressaltou ainda que a participação das famílias é importante para acompanhar o desenvolvimento dos filhos e buscar estratégias de reforço quando necessário. Em sua experiência, a escola oferece reforço do segundo ao quinto ano:

“Embora os relatórios psicopedagógicos busquem refletir a realidade do aluno em sala de aula, deveriam apresentar informações mais detalhadas sobre a aprendizagem de cada estudante. Participando das reuniões escolares, os pais podem acompanhar o desenvolvimento de seus filhos e, quando necessário, buscam aulas de reforço. No caso, nossa escola oferece reforço do segundo ao quinto ano.” (Professora, 2025)

O relato da professora chama atenção para dois aspectos centrais: a qualidade da informação nos relatórios psicopedagógicos e a participação da família no processo educativo. Ao afirmar que os documentos deveriam apresentar informações mais detalhadas sobre a aprendizagem individual, a professora indica uma lacuna frequentemente apontada na literatura: a dificuldade de transformar relatórios em instrumentos realmente operacionais para o professor em sala de aula. Segundo Bossa (2007), um relatório eficaz deve conter não apenas descrições gerais, mas também sugestões práticas e aplicáveis, capazes de orientar diretamente a prática pedagógica.

4.4 Participação das famílias e corresponsabilidade no processo educativo

O segundo ponto destacado pela professora é o papel das reuniões escolares como espaço de aproximação entre escola e família. Essa observação reforça a ideia de que a inclusão e o acompanhamento da aprendizagem não dependem exclusivamente do professor ou do psicopedagogo, mas da parceria entre todos os envolvidos no processo educativo. Lima (2015) enfatiza que os relatórios não devem ser entendidos apenas como registros técnicos, mas como instrumentos de comunicação e articulação entre profissionais da escola e familiares, favorecendo a corresponsabilidade no desenvolvimento do aluno.

As entrevistas evidenciam que um dos principais desafios na aplicação dos relatórios psicopedagógicos está relacionado à comunicação e à integração entre os profissionais da educação. A necessidade de colaboração entre psicopedagogos, professores e gestores escolares é fundamental para garantir que as orientações sejam compreendidas e implementadas de maneira eficaz. A literatura corrobora esse ponto, destacando que a articulação entre diferentes profissionais contribui para práticas pedagógicas mais inclusivas e efetivas, favorecendo a personalização do ensino e a aprendizagem dos estudantes (Fernandes; Lorenzetti, 2019; BNCC, 2017).

4.5 Infraestrutura escolar e desafios estruturais

Outro ponto abordado foi a limitação estrutural das escolas, como a falta de espaços adequados para atendimentos individualizados e a sobrecarga de trabalho dos professores, que impactam diretamente a efetividade das intervenções psicopedagógicas. Segundo a psicopedagoga, essas condições exigem criatividade e flexibilidade para aplicar estratégias mesmo em contextos adversos. Para ela:

“Nem sempre temos uma sala específica para atender os alunos. Muitas vezes, improvisamos em outros espaços, e isso exige que adaptemos nossas estratégias sem perder a qualidade da intervenção.” (Psicopedagoga, 2025)

A afirmação da psicopedagoga evidencia um desafio estrutural recorrente nas escolas: a ausência de espaços adequados para o atendimento psicopedagógico. O imprevisto em ambientes não planejados para esse fim implica a necessidade de constante adaptação das estratégias, o que pode comprometer a qualidade do acompanhamento individualizado. Esse aspecto está em consonância com o que aponta Luckesi (2011), ao afirmar que a falta de recursos físicos e humanos compromete diretamente a efetividade das práticas educativas.

4.6 Formação continuada e implementação do Plano de Ensino Individualizado (PEI)

A formação continuada dos professores também foi apontada como um aspecto central para a efetividade dos relatórios. As profissionais destacam que a capacitação sobre psicopedagogia e dificuldades de aprendizagem permite maior segurança na aplicação das orientações, além de melhorar o desempenho dos estudantes. A literatura reforça a importância da formação continuada e do suporte institucional para a utilização eficiente dos relatórios psicopedagógicos, destacando que a ausência de preparo pode limitar significativamente os impactos das intervenções (Pimenta, 2020; Oliveira; Souza, 2018).

“Se não houver uma compreensão adequada do que cada relatório propõe, a aplicação se torna superficial e o aluno não recebe o suporte necessário.” (Professora, 2025)

Além disso, ambas as entrevistadas ressaltam que a implementação de estratégias como o Plano de Ensino Individualizado (PEI) potencializa a efetividade das orientações psicopedagógicas. A elaboração do PEI, em consonância com os relatórios, permite que intervenções sejam sistematizadas, respeitando o ritmo, estilo de aprendizagem e potencialidades de cada aluno, promovendo um ensino mais inclusivo e direcionado. Estudos indicam que o PEI é uma ferramenta crucial no contexto inclusivo, garantindo que todos os alunos tenham acesso a um ensino de qualidade e recebam os apoios necessários para o pleno desenvolvimento acadêmico e pessoal (Mantoan, 2006; Camacho; Costa; Zanuzzio, 2025).

“Quando conseguimos elaborar um plano individualizado baseado nas orientações, percebemos um avanço real no aprendizado, pois cada intervenção é adaptada às necessidades do aluno.” (Psicopedagoga, 2025)

4.7 A importância da psicopedagogia como prática transformadora

As entrevistas também evidenciam que a cultura escolar deve ser moldada para valorizar a psicopedagogia, transformando os relatórios em instrumentos que orientem efetivamente a prática pedagógica. Uma comunicação contínua entre todos os envolvidos, aliada ao acompanhamento sistemático, é essencial para que o trabalho psicopedagógico cause impacto real no cotidiano escolar. A literatura aponta que a integração da psicopedagogia com a prática docente fortalece o desenvolvimento do aluno e contribui para uma educação inclusiva e de qualidade (Bossa, 2000; Fernandes, 2019; Weiss, 2010).

“Não basta produzir o relatório; precisamos garantir que ele seja lido, compreendido e aplicado na prática, e isso envolve todos os profissionais que lidam diretamente com os alunos.” (Professora, 2025)

A fala da professora evidencia que o relatório psicopedagógico, mais do que um documento descritivo, deve ser entendido como um recurso transformador da prática pedagógica. Quando há diálogo contínuo entre os profissionais da escola e um acompanhamento sistemático, o relatório deixa de ser apenas um registro burocrático e passa a orientar estratégias que favorecem a aprendizagem. Assim, valorizar a psicopedagogia significa reconhecer sua função de mediação entre teoria e prática, promovendo uma educação inclusiva, humanizada e comprometida com o desenvolvimento integral do aluno.

5 CONCLUSÃO

A presente pesquisa permitiu compreender, a partir das entrevistas com uma psicopedagoga institucional e uma professora da rede municipal, como os relatórios de orientações psicopedagógicas são aplicados na rotina escolar, os desafios enfrentados pelos profissionais e as estratégias utilizadas para potencializar a efetividade das intervenções educativas. Os dados analisados evidenciam que a colaboração entre profissionais, a formação continuada, a adequação da infraestrutura escolar e o envolvimento das famílias são fatores fundamentais para que os relatórios cumpram seu papel na promoção da aprendizagem e no desenvolvimento integral dos alunos.

Ficou evidente que, embora os relatórios psicopedagógicos possuam grande potencial de orientar a prática pedagógica, sua eficácia depende de condições estruturais e organizacionais, como salas adequadas para atendimentos individualizados, tempo para planejamento e reuniões pedagógicas bem estruturadas, bem como a construção de uma cultura escolar que valorize a psicopedagogia.

Ainda que os desafios sejam muitos, os relatos das profissionais mostram que o trabalho em equipe e a dedicação coletiva podem resultar em intervenções mais efetivas, promovendo a personalização do ensino e favorecendo a inclusão escolar. A participação ativa das famílias e a utilização de instrumentos como o Plano de Ensino Individualizado (PEI) fortalecem ainda mais essas estratégias, contribuindo para a aprendizagem e desenvolvimento dos alunos.

Portanto, os relatórios de orientações psicopedagógicas se consolidam como ferramentas valiosas, não apenas como documentos diagnósticos, mas como instrumentos capazes de orientar ações pedagógicas efetivas quando acompanhados de articulação, formação e planejamento adequados.

Conclui-se que os relatórios psicopedagógicos, quando articulados a práticas colaborativas, à formação docente e a instrumentos como o Plano de Ensino Individualizado

(PEI), podem transformar-se em ferramentas eficazes para promover a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos, aproximando escola, família e psicopedagogia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, A. S. A psicopedagogia escolar e a colaboração interdisciplinar no contexto educativo. **Revista Brasileira de Psicopedagogia**, v. 15, n. 3, p. 180-190, 2019.

ALMEIDA, L. A. **Psicopedagogia na escola: práticas e desafios**. São Paulo: Editora Acadêmica, 2017.

ALMEIDA, Laurinda Ramalho de. **Psicopedagogia: fundamentos, técnicas e aplicações**. São Paulo: Loyola, 2017.

BOSSA, N.. A construção do relatório psicopedagógico: uma prática reflexiva. **Revista Psicopedagogia**, v. 5, n.2, p. 40-52, 2007.

BOSSA, N. **Psicopedagogia: Um olhar para o sujeito da aprendizagem**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

BOSSA, Nadia A. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a partir da prática**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

BRASIL. Lei n.º 13.146, de 6 de julho de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Diário Oficial da União, Brasília, 6 jul. 2015.

BRASIL. Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, 20 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN n.º 9.394/1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

CAMACHO, Cristiane; COSTA, Gisele Cássia; ZANUZZIO, Zuleika. **Construindo o PEI: guia completo para criar um Plano Educacional Individualizado**. Rio de Janeiro: Wak, 2025.

DIVERSA. **Plano de AEE, PEI ou PDI: Entenda a Diferença entre Eles**. Disponível em: <https://diversa.org.br/noticias/plano-de-ae-pe-ou-pdi-entenda-a-diferenca-entre-eles/>. Acesso em: 25 fev. 2025.

FERNANDES, C.; LORENZETTI, M. **Relatórios psicopedagógicos: diagnóstico e intervenção**. Rio de Janeiro: Editora Educacional, 2019.

FERNANDES, Cleonice Alves; LORENZETTI, Claudia Regina. A construção do plano de ensino individualizado (PEI) e a prática educativa na perspectiva inclusiva. In: GOMES, M. A. R.; MACEDO, E. M. M. (Orgs.). **Educação Inclusiva: desafios e possibilidades**.

Campinas: Alínea, 2019.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada: o diagnóstico psicopedagógico**. Porto Alegre: Artmed, 1991.

FERREIRA, M. L.; SILVA, A. P. Relatórios psicopedagógicos no ambiente escolar: desafios e possibilidades. **Revista Educação Inclusiva**, v. 15, n. 2, p. 45-60, 2020.

FERREIRA, Norma Sandra; LOURENÇO, Eliane R. **Psicopedagogia institucional: uma prática preventiva na escola**. São Paulo: Vozes, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LIMA, R. S. O psicopedagogo e a educação inclusiva: um estudo de práticas. **Revista Brasileira de Psicopedagogia**, v. 15, n. 46, 2015.

LIMA, T. M., OLIVEIRA, M. A... O papel dos relatórios psicopedagógicos no contexto escolar: desafios e possibilidades. **Revista Brasileira de Psicopedagogia**, v.22, n.1, p.15-30, 2018).

LOPES, J. R.; FERREIRA, T. A formação docente e o uso de relatórios psicopedagógicos. **Cadernos de Educação**, v. 12, n. 3, p. 78-93, 2020.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **A prática pedagógica e a formação dos professores**. 12. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, H. **Gestão educacional: desafios e perspectivas**. São Paulo: Editora Vozes, 2016.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Curitiba: Positivo, 2016.
MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, Gilberto Luiz. **Manual para elaboração de projetos de pesquisa, TCC, dissertação e tese**. São Paulo: Atlas, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2009.

OLIVEIRA, M. L. Psicopedagogia e práticas colaborativas: desafios da escola inclusiva. **Revista de Educação e Psicopedagogia**, v.18, n.3, p.58-70, 2015.

OLIVEIRA, M. P. **Psicopedagogia e suas práticas: Contribuições ao processo de aprendizagem**. São Paulo: Edições Loyola, 2019.

OLIVEIRA, Marta Kohl de; SOUZA, Renata G. **Psicologia na Educação: uma introdução ao desenvolvimento humano**. São Paulo: Cortez, 2018.

OLIVEIRA, R. S.; SOUZA, C. P. Perspectivas psicopedagógicas e o desenvolvimento estudantil: um estudo de caso. **Psicologia & Educação**, v. 8, n. 1, p. 20-35, 2021.

OLIVEIRA, S. M., SOUZA, E. F. (2018). **O papel da psicopedagogia na educação inclusiva**. São Paulo: Editora Loyola.

PAIM, Érika Ribeiro. **Plano de Ensino Individualizado**: reflexões e orientações para a prática pedagógica inclusiva. Curitiba: Appris, 2021.

PAÍN, Sara. **Subjetividade e aprendizagem**: contribuições da psicopedagogia. 6. ed. Porto Alegre: Artmed, 1992.

PEREIRA, F. L. Psicopedagogia: desafios e perspectivas na educação inclusiva. **Revista de Educação Especial**, v. 18, n. 2, p. 110-122, 2021.

PIMENTA, S. L. A formação de professores na perspectiva psicopedagógica. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, n. 1, p. 72-88, 2020.

REGO, P. M. LIMA, M. C. **A construção do conhecimento na psicopedagogia**: da teoria à prática. São Paulo: Editora Casa do Psicopedagogo, 2007.

SANTOS, E. L.; ALMEIDA, V. D. A articulação entre o currículo escolar e as práticas psicopedagógicas. **Educação em Foco**, v. 10, n. 1, p. 65-80, 2019.

WEISS, M. D.. **Psicopedagogia**: fundamentos e práticas. Editora Vozes, 2010.

WEISS, Maria Sylvia. **A psicopedagogia e o espaço institucional**: contribuições para a aprendizagem. Petrópolis: Vozes, 2010.

YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

ZABALA, Antoni. **A prática educativa**: como ensinar. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.